

Ano XI	Volume XI	Nº 21	Julho/Dezembro 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

Turismo de Fronteira: o Caso das Cidades-Gêmeas do RS

Alice Leoti, Carmen Regina Dorneles Nogueira, Juliana Rose Jasper, Rodrigo da Costa Segovia¹

Resumo

O presente consta do relato de pesquisa realizada no âmbito da UNIPAMPA-Jaguarão-RS, sobre as cidades gêmeas do Rio Grande do Sul. Realizado através de pesquisa bibliográfica e de campo teve por objetivos: investigar os produtos turísticos disponíveis; a existência de políticas públicas específicas para o turismo; a qualidade dos serviços turísticos existentes; a existência de previsão de investimentos em turismo; a existência de parcerias para o desenvolvimento do turismo; a existência de planejamento integrado de ações de turismo nas cidades gêmeas do RS. Constatou-se que a área fronteira do RS apresenta dois cenários em relação ao potencial turístico: as cidades fronteiriças com o Uruguai, destacam-se pelo turismo de compras e de jogos enquanto que as cidades que fazem fronteira com a Argentina destacam-se pelo aproveitamento de seu patrimônio natural e cultural.

Palavras-chave: Turismo, Fronteira, Cidades-Gêmeas, Políticas Públicas, Patrimônio.

Abstract

This paper presents a research made within the scope of UNIPAMPA – Jaguarão, about Rio Grande do Sul State twin cities. The aim of this research made through bibliographic and field research is: to investigate the available touristic products; the existence of public politics for the tourism; the quality of the touristic services which are offered; the existence of a forecast investment in tourism; the existence of a partnership for the tourism development; the existence of an integrated planning actions of tourism in the twin cities of Rio Grande do Sul State. It was found that the Rio Grande do Sul border area presents two scenarios as a touristic potential: Uruguay border cities are linked to shopping and gambling and the Argentinian border cities are linked to the natural and cultural heritage.

Keywords: Tourism, Boarder, Twin Cities; Public Politics; Heritage.

¹ Universidade Federal do Pampa e Instituto Conexão Cultural.
Recebido em 04/07/2014. Aprovado para Publicação em 04/08/2014.

Ano XI	Volume XI	Nº 21	Julho/Dezembro 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

Introdução

A construção do trabalho deu-se através de ações de pesquisa em caráter qualitativo e quantitativo, tendo como recorte as fronteiras entre Brasil, Uruguai e Argentina, possibilitando entender à fronteira dialogando com o turismo, seja o planejamento aplicado ao segmento bem como as parcerias existentes entre os municípios fronteiriços e o diálogo entre os países em estudo. É importante destacar que o fenômeno existente no turismo nessas regiões ultrapassa as barreiras impostas pela fronteira, nesse caso o presente artigo dialoga e problematiza a existência e as possibilidades de fomentar o turismo na região em estudo.

Foi realizado ainda, uma análise das políticas públicas dirigidas ao turismo na região transfronteiriça e as práticas compartilhadas no setor de turismo nas cidades-gêmeas, para assim levantar dificuldades e benefícios proporcionados pela prática do turismo de fronteira.

Para sua consecução realizou-se pesquisa bibliográfica e de campo, com aplicação de questionários às instâncias locais de turismo das cidades-gêmeas localizadas na região de fronteira do Rio Grande do Sul (Brasil) com a Argentina e com o Uruguai, considerando que as cidades-gêmeas são relevantes meios para a promoção da cooperação internacional e o desenvolvimento regional.

Turismo de fronteira e suas especificidades

As fronteiras – construções históricas que “possuem vários pressupostos, entre eles a constituição dos estados” (MORAES, 2002, p. 95) ultrapassam, no mundo contemporâneo, o conceito formal identificando-se com diferentes configurações espaciais “não só a nível local ou regional, mas em escala planetária” (CASTRO, 2000, p. 42). Para Teles, Pieri e Oliveira (2014) estas regiões são historicamente abandonadas do ponto de vista das políticas públicas nacionais, sendo que os municípios de fronteira são, de modo geral, os mais pobres e os mais violentos.

De acordo com Machado as regiões de fronteira se constituem em espaço dinâmico “composto por diferenças oriundas do limite internacional, e por fluxos de interações transfronteiriças, cuja territorialidade mais evoluída é das cidades-gêmeas” (2005, p. 21). Estas,

são espaços localizados dentro da faixa de fronteira, onde as relações transfronteiriças são realizadas. (...) A coalescência de cidades e a fusão em uma única área urbana, localizadas no espaço da linha-limite, situadas em zona de fronteira, caracterizam as cidades-gêmeas. (PRADO, 2014, p. 74)

Ano XI	Volume XI	Nº 21	Julho/Dezembro 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

Nesse contexto, o turismo nas áreas fronteiriças envolvem relações decorrentes de interações sociais que ocorrem entre os atores sociais destas áreas, podendo estar articuladas através dos diferentes níveis sóciopolíticos, federal, estadual, municipal e o de representatividade da sociedade civil e efetiva-se especialmente nas cidades gêmeas.

O conceito oficial de cidades-gêmeas foi estabelecido pela Portaria 125, publicada no Diário Oficial da União, no dia 21/3/2014. A mesma, em seu Artigo 1º estabelece que:

Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

A mesma portaria, em seu artigo segundo, estabelece que as cidades que apresentem, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes não serão consideradas cidades-gêmeas. Estabelece ainda: que os municípios designados como localidades fronteiriças vinculadas em acordos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil e ratificados pelo Congresso Nacional que não constam na lista do Anexo desta Portaria, serão considerados equiparados às cidades-gêmeas; que as cidades-gêmeas do Brasil são as destacadas no quadro que segue.

Quadro 01: Cidades gêmeas do Brasil e população

Municípios	Estado	População em 2010
Assis Brasil	AC	6.072
Brasiléia	AC	21.398
Epitaciolândia	AC	15.100
Santa Rosa do Purus	AC	4.691
Tabatinga	AM	52.272
Oiapoque	AP	20.509
Bela Vista	MS	23.181
Corumbá	MS	103.703
Mundo Novo	MS	17.043
Paranhos	MS	12.350
Ponta Porã	MS	77.872
Ponto Murinho	MS	15.372
Barracão	PR	9.735
Foz do Iguaçu	PR	256.088
Guáira	PR	30.704
Guajará - Mirim	RO	41.656

Ano XI	Volume XI	Nº 21	Julho/Dezembro 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

www.revistaintellector.cenegri.org.br

Bonfim	RR	10.943
Pacaraíma	RR	10.433
Aceguá	RS	4.394
Barra do Quaraí	RS	4.012
Chuí	RS	5.917
Itaqui	RS	38.159
Jaguarão	RS	27.931
Porto Xavier	RS	10.558
Quarai	RS	23.021
Santana do Livramento	RS	82.464
São Borja	RS	61.671
Uruguaiana	RS	125.435
Dionísio Cerqueira	SC	14.811

Fonte: DOU, 2014

Ao analisar o quadro, constata-se que, das vinte e nove cidades-gêmeas brasileiras, dez delas estão localizadas no Rio Grande do Sul. Este, por sua vez, possui 197 dos seus 496 municípios, localizados até 150 km do marco limite da fronteira, área considerada de interesse estratégico para a defesa da soberania nacional e onde se localizam as cidades-gêmeas. Fazem fronteira com os vizinhos Uruguai e Argentina com os quais possuem uma história compartilhada e conseqüentemente um patrimônio material e imaterial compartilhado que os aproxima e ao mesmo tempo se separam em decorrência da jurisdição dos diferentes Estados integrados por estes territórios. Já a faixa de fronteira, Uruguai reconhece uma faixa de 20 km de largura (Lei 26. 523 / 2009 3 Decreto nº 5. 105 /2004) e a Argentina reconhece 50 km (Decreto nº 1.648/2007 Argentina)

Na área fronteiriça, a dinamização da atividade turística enfrenta dificuldades como: ausência de infraestrutura básica e de turismo; deficiência na área da saúde; falta de saneamento básico; baixa qualidade de serviços; dificuldades em relação as diferentes legislações; problemas ambientais das mais diversas ordens destacando-se aqueles que tem afetado a própria degradação da paisagem - base para o desenvolvimento do turismo como é o caso da destruição do Bioma Pampa, na região sul do estado, pelo crescente cultivo do arroz, do eucalipto, da acácia negra e do soja, assim como o aumento do uso de agrotóxicos.

Políticas Públicas: Fronteira

Segundo Cruz (2001, p. 56) política é: “Toda a atividade humana que tende a orientar ações que significam a solução de problemas sociais, através de atos imperativos expressos, prevendo benefícios e sanções e resolvendo conflitos é uma atividade política”. De acordo com o autor a política é uma ferramenta necessária para a vida social humana como método de uma ordenação que privilegie as questões intrínsecas de direitos e deveres sociais. O Estado como agente regulador, normatizador e mediador da vida social, apresenta-se como mediador de diálogo entre as possibilidades e as necessidades sociais.

Ano XI	Volume XI	Nº 21	Julho/Dezembro 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

A elaboração de políticas públicas, de acordo com Hall (2001, p. 26) é “uma atividade política e essas são influenciadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade, assim como pelas estruturas formais dos governos” Assim as políticas públicas dizem respeito ao que o governo decide realizar ou não.

Segundo Belloni *et al.* (2001, p. 77) quando há a aplicação do princípio de descentralização tem-se uma facilitação no emprego das políticas públicas, especialmente quando se trata de faixas de fronteira, ou seja, “a transferência, no todo ou em parte, das ações de planejamento, execução e controle para as instâncias de governo mais próximas do usuário, tais como municípios e distritos ou regiões administrativas de planejamento.”.

Visando uma melhor eficácia para resolver questões regionais, o Estado nacional passou a atribuir funções às instâncias subnacionais. A atuação desses agentes subnacionais nas relações internacionais é chamada de paradiplomacia, que tem como principal característica a cooperação. As cidades-gêmeas são relevantes meios para promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional sustentável.

Nessa perspectiva, no ano de 2003, foi criado o Ministério do Turismo (MTur) que passou a elaborar políticas públicas para o turismo no Brasil e a incentivar a regionalização do turismo. O Ministério está subdividido em secretarias, sendo a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo responsável por prestar auxílio

na formulação, na elaboração e no monitoramento da Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de Turismo. Além de monitorar e avaliar a execução dessa política, implementa o modelo de gestão descentralizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo (MTur) com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013)

O MTur promove diversos programas e ações de promoção do turismo, dentre eles têm-se o projeto “Fortalecer a gestão descentralizada, parcerias e participação social”, sendo um dos seus objetivos “Ampliar a cooperação internacional em turismo”

Coordenação das ações ligadas ao desenvolvimento de relações institucionais do Ministério do Turismo com outros países e organizações internacionais e apoio a participação do Brasil em organismos multilaterais, como a Organização Mundial do Turismo, o Mercosul, e a Unasul. A Assessoria Especial de Relações Internacionais planeja, coordena e prepara a atuação do Ministério do Turismo em organismos internacionais e acompanha as negociações de acordos comerciais ou de cooperação técnica internacional, a fim de fortalecer o turismo nacional no mercado mundial. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013)

Ano XI	Volume XI	Nº 21	Julho/Dezembro 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

Para atender esse objetivo foi criada a Coordenação-Geral de Relações Bilaterais e Regionais, que tem como escopo o estreitamento das relações entre o Brasil e parceiros internacionais. Uma das atribuições da coordenação é realizar reuniões periódicas regionais com o Mercosul (Mercado Comum do Sul), a Reunião Especializada em Turismo do Mercosul (RET) e a Reunião de Ministros de Turismo do Mercosul (RMT). Essas reuniões são foros oficiais de trabalho que tem por finalidade a integração das políticas públicas de turismo entre os países signatários do Mercosul.

A integração das políticas públicas é importante ao desenvolvimento da atividade turística brasileira, uma vez que segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) 80% dos fluxos de turismo internacional são constituídos por turismo de curta distância, entre países vizinhos. A integração das legislações, a padronização de documentos para imigração, os ônibus e o atendimento nas aduanas foram apontados como as principais demandas do *trade* turístico para melhorar o fluxo de turistas no Mercosul (BRASIL, 2008).

Pensando nessas demandas foi desenhado o projeto de Concentração de Fronteiras, e partir deste foi criado o Seminário Internacional de Turismo de Fronteira (Frontur). O Frontur surgiu no ano de 2004 da parceria entre Ministério do Turismo e o setor acadêmico, objetivando o debate de propostas e soluções para os principais entraves ao fluxo fronteiriço na América do Sul. Dentre as discussões são tratados projetos que contemplem a participação da comunidade fronteiriça; a construção de projetos na forma de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano que permita a integração paisagística e urbanística; a unificação dos trâmites de entrada e saída entre os países; criação e desenvolvimento de um Observatório de Turismo de Fronteira e outros projetos. O Seminário ocorre anualmente em diferentes cidades, como: Santa Maria/RS (2004); Foz do Iguaçu/PR (2005); Boa Vista/RR (2006); Cuiabá/MT (2007); Campo Grande/MS (2008); Santa Maria/RS (2009); Assunção/Paraguai (2010).

Durante o governo Lula iniciou-se uma crescente preocupação com o desenvolvimento regional, assim buscou-se criar políticas voltadas aos espaços sub-regionais, para desta forma contribuir com dinamização econômica, o fortalecimento de infraestrutura social e produtiva, assim como a cidadania. Como iniciativa para o desenvolvimento integrado e sustentável foi criada a Câmara de Política de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, composta por 23 Ministérios e Secretarias Especiais. Essa Câmara constituiu um Grupo de Trabalho Interministerial de Programas de Desenvolvimento Regional (GTI-PDR), coordenado pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional.

O Ministério da Integração Nacional elaborou uma cartilha que tem como finalidade instituir um Programa de Promoção do Desenvolvimento de Faixa de Fronteira (PDFF). A região da Faixa de Fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de até 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, que abrange 588 municípios de 11 Unidades da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina). Cabe salientar que dos 588 municípios da faixa de fronteira 418 encontram-se no Arco Sul, sendo que 197 municípios são do Rio Grande do Sul, representando aproximadamente 33,05% da totalidade.

Para estimular a implementação de programas sub-regionais do PDFF, a faixa de fronteira foi dividida em três grandes arcos: norte, central e sul. O Arco Sul compreende os estados do

Ano XI	Volume XI	Nº 21	Julho/Dezembro 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e está subdividido em Portal do Paraná, Vales Coloniais Sulinos e Fronteira da Metade Sul do RS.

Um dos grandes desafios do PDFF é transformar o imaginário sobre as fronteiras, que ainda são percebidas como região concentradora e propícia às práticas ilegais de diversos tipos, em uma percepção de uma região com a cultura singular já que pode ser considerada uma cultura híbrida, e assim um diferencial competitivo para o turismo. O principal objetivo do programa é promover o desenvolvimento da Faixa de Fronteira, dando prioridade para a estrutura física, social e produtiva, mas respeitando as peculiaridades regionais e seguindo as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

No ano de 2007 o ocorreu o III Congresso Latino-Americano de Cidades e Governos Locais, realizado em julho de 2007 em Florianópolis, realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) e da Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais. Durante o Congresso foi organizada uma reunião com alguns prefeitos que tinha como pauta a temática fronteiriça. A partir dessa pequena reunião verificou-se a necessidade da ampliação desse debate, assim uma estratégia de ação foi elaborada por meio do Projeto Municípios de Fronteira. Este projeto teve como uma de suas ações a realização do I Encontro dos Municípios de Fronteira. O I Encontro foi realizado com quatro reuniões nos três Arcos, Santana do Livramento (RS), Foz do Iguaçu (PR), Corumbá (MS) e Boa Vista (RR), e obtendo como resultado a formulação de um relatório final – lançado em 2008 – contendo as discussões e as proposições de soluções para os problemas identificados na Faixa de Fronteira. Já em 2009, foi realizado o II Encontro dos Municípios de Fronteira, que teve como objetivo principal discutir os setores de turismo, artesanato e cultura da fronteira. Porém, este segundo encontro não gerou um relatório de suas reuniões.

Turismo Fronteiriço no RS

Pelo fato de gerar divisas, emprego e distribuição de renda e promover a inclusão social, o turismo é considerado pelo poder público estadual, como setor estratégico de desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul. No entanto, em decorrência de sua posição geográfica, o estado tem se caracterizado como um verdadeiro “corredor de turistas” uruguaios e argentinos que atravessam o estado dirigindo-se principalmente para as praias de Santa Catarina.

De acordo com o Anuário Estatístico de Turismo 2013, a chegada de turistas internacionais no Brasil no ano de 2011 foi de 724.879, em 2012 foi de 810.670, o anuário apresenta a movimentação Internacional de Passageiros em aeroportos tendo no setor de embarque e desembarque nos aeroportos do Rio Grande do Sul no período de 2011, 293.156 turistas e em 2012, 311.658 turistas internacionais. O total de entrada de turistas internacionais por via rodoviárias no Brasil em 2011 foi de 362.834 e em 2012, foi de 339.506, sendo que 82.868 turistas utilizaram as rodoviárias do estado do Rio Grande do Sul.

Caracterizado pela predominância do caráter emissivo, o Rio Grande do Sul recebe turistas principalmente de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. Já em relação ao receptivo de turistas internacionais o Rio Grande do Sul é influenciado pelo desempenho das economias dos países vizinhos, especialmente os integrantes do Mercosul. Dentre os 65 destinos priorizados

Ano XI	Volume XI	Nº 21	Julho/Dezembro 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

pelo Ministério do Turismo, três estão localizados no Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Bento Gonçalves e Gramado. Assim apesar do estado ter em torno de trinta por cento de seus municípios como municípios de fronteira, o turismo fronteiriço não possui nenhuma expressão no contexto do turismo estadual.

Segundo Cruz (2010) o turismo na fronteira, consiste em viajar entre territórios transfronteiriços, por vias do processo de cooperação promovendo acesso aos atrativos turísticos interligando territórios transfronteiriços, entre países vizinhos por vias do processo de cooperação ocasionando acesso aos atrativos turísticos e aproveitando, segundo Ferreira e Tavares (2013), seus diferentes potenciais turísticos, quer seja a paisagem natural, aventura, lazer, eventos culturais, gastronomia e outros. O turismo nas áreas fronteiriças, conforme Hall, apud Lima Neto (2010) poderá contribuir com a redistribuição e aumento de renda, geração de emprego e melhoria da qualidade de vida da população local, gerando impacto na vida das pessoas e no lugar onde vivem.

O turismo nas áreas de fronteira se efetiva especialmente nas cidades gêmeas que para Machado (2005, p. 108) “são lugares onde as simetrias e assimetrias entre sistemas territoriais nacionais são mais visíveis e podem se tornar um dos alicerces da cooperação com outros países da América do Sul e consolidação da cidadania.” No Rio Grande do Sul tem-se dez cidades gêmeas com manchas urbanas integradas e cotidiano compartilhado sendo que os processos e contradições vividos nessas cidades “apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira” enquanto periferia das redes nacionais (MACHADO, apud DORFMAN e FRANÇA, 2013, p. 1103)

Assim, o turismo atualmente, em grande parte das cidades gêmeas na fronteira, esta relacionado com compras e pouco com outras formas de turismo como turismo cultural, religioso, rural, ecológico. Desta forma quem ganha com o desenvolvimento do turismo são apenas hoteleiros e restaurantes. Por outro lado, mesmo estes sofrem ainda com a variação cambial. Outro problema com relação ao turismo na fronteira é a falta de infraestrutura e de qualificação de mão de obra, além disso, pode ser observado a falta de sinalização, falta de saneamento e falta de estradas com qualidade, como também em alguns casos alto índice de violência. Isso pode ser notado em diversas regiões de fronteira do Brasil.

Como por exemplo, na fronteira Sant’Ana do Livramento e Riveira, que segundo Silva e Nascimento (2009, p 7), o turismo “extraí poucos benefícios econômicos, por estar localizado em um espaço de fronteira. Muitos dos turistas não conhecem as belezas dos arredores e da cidade, utilizam apenas os serviços básicos e equipamentos turísticos, como alimentação e hospedagem.”

Pode ser citada ainda como grande problema para o turismo de compras, a variação cambial. De acordo com Oliveira apud Silva e Nascimento (2009, p 6) “o nosso turismo ele é oscilante, a cotação monetária é o que orienta o fluxo turístico”. Para Araujo “São questões ligadas à infraestrutura para recebimento do turista. O atendimento ao turista é fraco, precisa de maior preparo e qualificação”.

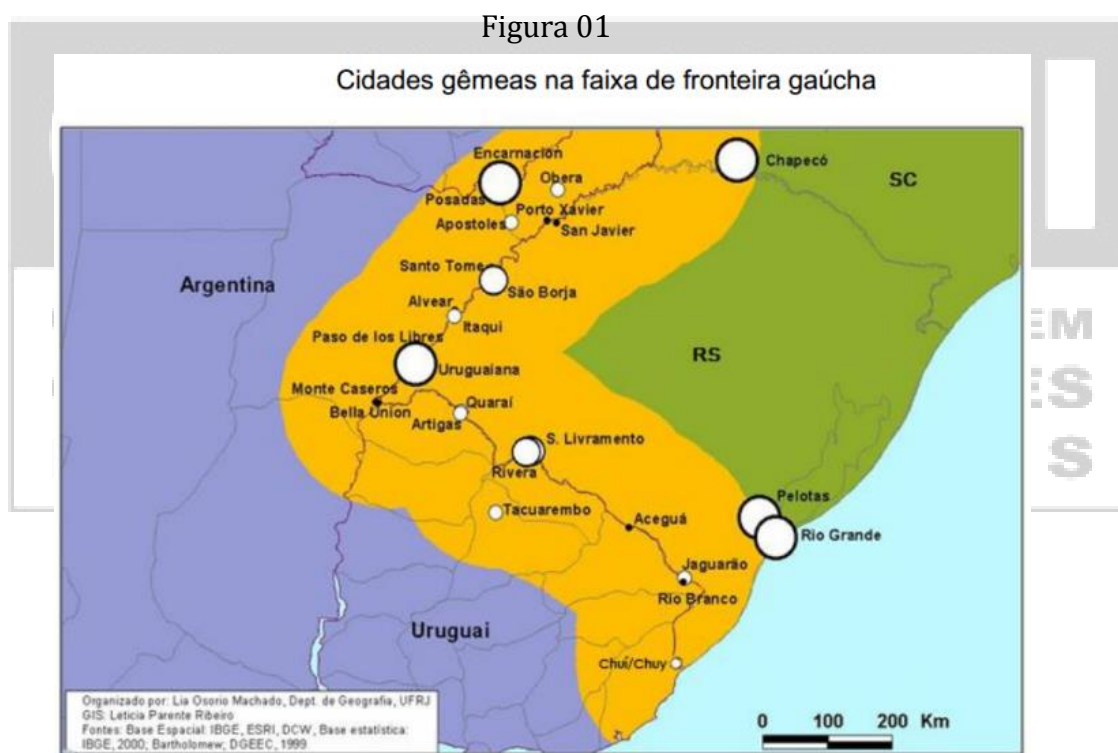
Portanto observa-se a necessidade de mais políticas públicas voltadas para o turismo de fronteira para minimizar estes problemas e gerar desenvolvimento através do turismo de fronteira. Por outro lado, vale lembrar que, as regiões transfronteiriças e, especialmente as

Ano XI	Volume XI	Nº 21	Julho/Dezembro 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

idades gêmeas, mesmo que caracterizadas, segundo Teles e Pieri (2014) como regiões sensíveis, com problemas característicos da fronteira, possuem grande potencialidade de integração econômica e cultural que, para serem desenvolvidas necessitam de ações dos governos (de ambos os lados da fronteira) centrais, regionais, locais e da iniciativa privada.

4 Cidades Gêmeas no RS

De acordo com a Portaria 125/2014, o Rio Grande do Sul engloba dez das vinte e nove cidades-gêmeas brasileiras. Aceguá, Barra do Quaraí, Chuí, Itaqui, Jaguarão, Porto Xavier, Quaraí, Santana do Livramento, São Borja e Uruguai, conforme pode ser observado no mapa que segue na figura 01.



CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; SEVILLA, Gabriela Garcia e AVILA Róbert Iturriet, (2008, pág. 6)

No ano de 2013, realizou-se uma pesquisa efetivada a partir da aplicação de questionário aos setores locais de turismo das cidades-gêmeas do Rio Grande do Sul. A mesma teve por objetivo de investigar os produtos turísticos disponíveis; a existência de políticas públicas específicas para o turismo; a qualidade dos serviços turísticos existentes; a existência de previsão de investimentos em turismo; a existência de parcerias para o desenvolvimento do turismo; a

Ano XI	Volume XI	Nº 21	Julho/Dezembro 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

existência de planejamento integrado de ações de turismo nas cidades-gêmeas do Rio Grande do Sul.

Constatou-se que a região da fronteira pesquisada apresenta peculiaridades locais que contribuem para a existência de diversos perfis de fronteiriços, pois apesar da história compartilhada ou extamente pela história compartilhada a região possui marcas identitárias que são reforçadas e valoradas em cada cidade. No entanto, de modo geral, todas elas apresentam problemas que dificultam o desenvolvimento do turismo. Dentre elas destacam-se: dificuldades relacionadas a infra-estrutura e qualidade dos serviços; falta de saneamento básico; dificuldade de acesso (algumas delas só podem ser acessadas por meio de balsa e outras através de vias não pavimentadas); deficiência nos serviços de telecomunicações.

Especificamente em relação ao turismo, pode-se dizer que nas cidades-gêmeas estudadas: as Políticas Públicas voltadas ao turismo de fronteira necessitam ser fomentadas de maneira mais incisiva; existe um esforço por parte dos municípios para promoção de programas de turismo de fronteira integrado mas que necessitam ser melhor articulados; a promoção de diversas ações isoladas de turismo, não aproveita a potencialidade da integração local; a qualidade dos serviços turísticos ofertados necessita de melhoras estruturais e de diversificação da oferta; existem previsões de investimentos para divulgação e atração de visitantes, mas pensadas em maioria de forma isolada; três municípios contam com parcerias com instituições de ensino Superior ou Técnico Federais/locais.

Observou-se nas cidades-gêmeas Rio Grande do Sul (BR) e Uruguai estudadas: somente na cidade de Rio Branco não é solicitado a Carta Verde por 20 km; existe trabalho conjunto entre as cidades de Riveira e Santana do Livramento (Prefeitos e secretários realizam reuniões conjuntas e eventos planejados e custeados de forma conjunta); entre Rio Branco e Jaguarão existem parcerias com a UNIPAMPA com os projetos: Espanhol para falantes da língua Portuguesa- EFALP, curso destinado para Polícia Federal, Receita Federal e Exército Brasileiro e Brigada Militar. City tour na cidade de Jaguarão em parceria com Turismo Social do Uruguai (único lugar do Uruguai onde os uruguaios podem atravessar para o Brasil) e ingresso dos alunos fronteiriços na Unipampa Jaguarão e Santana do Livramento.

Já nas cidades-gêmeas do Rio Grande do Sul (BR) e Argentina: existe, em Porto Xavier, um serviço compartilhado, que é a Tarjeta Vicinal, a qual permite o fluxo de veículos municipais devidamente cadastrados no Brasil ou na Argentina, em distância de até 50km dentro dos territórios sem a necessidade de compra da Carta Verde; em Uruguiana existe um planejamento conjunto das atividades turísticas que para tal, realiza mensalmente uma reunião com a secretaria de turismo de Paso de Los Libres; no entorno do rio Uruguai localizam-se comunidades ribeirinhas, que destacam-se por suas manifestações relacionadas a cultura da pesca. Entre as práticas culturais ribeirinhas destacam-se diversos elementos que se bem planejados poderão tornar-se potenciais para a economia criativa regional, como o artesanato de escama de peixe, gastronomia a base de pescado e pesca amadora;

Considerações finais

A partir do estudo realizado constatou-se que, efetivamente a realidade das cidades-gêmeas é de uma estagnação quanto a avanços em sistemas compartilhados de planejamento e execução

Ano XI	Volume XI	Nº 21	Julho/Dezembro 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

de políticas públicas ou programas turísticos. Em muitas cidades, a gestão é organizada por um departamento de turismo, vinculado a alguma secretaria, ficando a cargo de um único funcionário que tem de dedicar sua atenção a dar conta de atender todas as demandas, o que infelizmente não contribui para o avanço do programas desenvolvidos pelo MTur. Mesmo nas cidades em que existem secretarias específicas, a falta de aporte financeiro para as pastas impede que sejam traçados programas de ampliação dos potenciais ou mesmo a melhora dos produtos já existentes.

Constatou-se a necessidade da realização de novos trabalhos que podem ser norteados pelas seguintes questões: incentivo a criação de programas de graduação e pós graduação em Gestão de Turismo; fomento de parcerias entre Universidades – Prefeituras, para que os municípios, principalmente de menor porte possam ter apoio técnico; mecanismos para que os roteiros turísticos locais possam ser promovidos de maneira compartilhada, fortalecendo o caráter binacional; organizar mecanismos para melhoria no suporte de acessórias de relações públicas ou de produtores culturais aos municípios, melhorar a infra-estrutura receptiva e os serviços turísticos prestados.

Procurando contribuir com o processo de planejamento e gestão dos potenciais turísticos fronteiriços, este estudo destaca as paisagens culturais fronteiriças como atrativos turísticos inovadores, pois vão além da perspectiva material-simbólica, mas sim uma forma de mostrar a região a partir de seus cotidianos, de suas vivências, que talvez sejam os principais atrativos fronteiriços, ou seja, suas relações sociais. Por ser uma região que envolve diversas práticas, espaços sociais, representações e identidades culturais, possui características que instigam o imaginário dos não fronteiriços, pois estas cidades-gêmeas possuem um perfil sociocultural que lhes identifica com as vivências latino-americanas. Estas são marcadas por vínculos territoriais e de pertencimento a uma região cultural que não possui divisas sociais, mas sim justaposição de trajetórias históricas, sociais e culturais. Uma proposta para o turismo cultural fronteiriço seria elaborar um guia das paisagens culturais da fronteira platina, que poderá contribuir para a constituição de um itinerário cultural regional.

Referências

BELLONI, I e MAGALHÃES, H. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL, Ministério do Trabalho. **MERCOSUL E AS MIGRAÇÕES**: Os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração. Brasília: Ministério do Trabalho, 2008.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Frontur**: turismo de fronteira 2004-2010. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programas e ações**: fortalecer a gestão descentralizada. Disponível em:

http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/Fortalecer_a_gestao_descentralizada/
> Acesso em 14/12/2012.

Ano XI	Volume XI	Nº 21	Julho/Dezembro 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário estatístico 2013** - ano base 2012. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas Públicas

BRASIL. Cidades Gêmeas. Portaria 125 de 21 de março de 2014. **Diário Oficial da União**, Seção 1. Nº 56 Segunda-feira, 24 de março de 2014.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; SEVILLA, Gabriela Garcia e AVILA

Róbert Iturriet. Faixa de fronteira do Rio Grande do Sul: economia, infraestrutura e gestão do território. *In: Textos para Discussão FEE Nº 107 Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2012*

CRUZ, S.H.R. **Turismo, Fronteira e Desenvolvimento na Pan-Amazônia**: Trajetórias entre Brasil e Guiana Francesa. Tese - Universidade Federal do Pará, Desenvolvimento Ambiental, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Belém. 2010.

DORFMAN, Adriana e FRANÇA, Arthur Borba Colen. Espaço e Segurança Pública na Fronteira Gaúcha. **REVISTA GEONORTE**, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1095-1115, 2013. (ISSN - 2237-1419) Disponível:

<http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/article/14/ESPA%C3%87O%20E%20SEGURAN%C3%87A%20P%C3%9ABLICA%20NA%20FRONTEIRA%20GA%C3%9ACHA.pdf>
Acesso em 7 de setembro de 2013.

FERREIRA, Gisele Elaine da Silva; TAVARES, Maria Goretti da Costa. **Turismo de Fronteira**: Em Criação e Construção. Disponível em:

<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT1-766-503-20120715114502.pdf>
Acesso em: 07 de dezembro de 2013.

HAAL, C.M. Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

LIMA NETO, João de Mendonça. **Promoção do Brasil como destino turístico**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História do Brasil**. São Paulo: Hucites, 2002.

MACHADO, Lia Osório et al. **O desenvolvimento da faixa de fronteira**: uma proposta conceitual-metodológica. In: Tito Carlos Machado de (org). Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande, MS: UFMS, 2005. p. 87-112.

PINTO, Muriel. Interpretação do espaço social da Região Histórica das Missões Jesuítico-Guarani: uma dialética com as reflexões do francês Guy Di Méo. Paris: **Revista Confins - Revue Franco-Brésilienne de Géographie**, Paris, 16, 2012.

Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul: 2012-2015 / FGV Projetos - Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2012.86 p.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida Prado. Lojas Francas em linha de fronteira: oportunidades para a paradiplomacia. *In* TELES, Reinaldo Miranda de Sá e PIERI, Vitor Stuart Gabriel. Turismo e Paradiplomacia das Cidades. Rio de Janeiro: Cenegri, 2014.

Ano XI	Volume XI	Nº 21	Julho/Dezembro 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	---------------------	----------------	----------------

www.revistaintelector.cenegri.org.br

SAMPAIO, Alexandre. Disponível em: <http://uruguai.comprasnafronteira.com/turismo/>.
Acessado em: 07 de dezembro de 2013.

SILVA, Adriana Pisoni; NASCIMENTO, Lidiane Pedrosa. **O turismo de fronteira e as políticas de desenvolvimento.** Um estudo de caso nos municípios de Sant’ana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. 10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP.

TELES, Reinaldo; PIERI, Vitor Stuart Gabriel de e OLIVEIRA, Fabiana. O debate do turismo na paradiplomacia: O caso das Mercocidades. *In.*: TELES, Reinaldo; PIERI, Vitor Stuart Gabriel de. **Turismo e Paradiplomacia das Cidades.** São Paulo: Cenegri, 2014.

